

## O OLHAR DO TERAPEUTA OCUPACIONAL PARA AS INFÂNCIAS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA

The occupational therapist's view of childhood: reflections from an experience in a public school

El mirar del terapeuta ocupacional sobre los niños: reflexiones de una experiencia en una escuela pública

Nascimento, S. S., Ferreira, A. O., & Teixeira, M. R. (2021). O olhar do terapeuta ocupacional para as infâncias: reflexões a partir de uma experiência em uma escola pública. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, 4(5), 520-533. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto41288.

### Resumo

**Introdução:** A unificação do conceito de infância é uma produção sócio-histórica, que se reverbera até os dias atuais, gerando desigualdades por não ser coerente a todas as realidades. No campo da saúde, ainda se produz cuidado pautado em um paradigma dominante: branco, burguês e higienista, refletindo em intervenções que não consideram o contexto de escassez de recursos vivenciado por muitas crianças brasileiras. Este estudo tem o objetivo de problematizar o olhar unificado da infância nas intervenções da Terapia Ocupacional, no campo da saúde e sua interface com a educação, a partir da experiência com crianças moradoras de um complexo de favelas no município do Rio de Janeiro/RJ. **Método:** Trata-se de um estudo, de caráter exploratório, de base qualitativa, que adotou a observação direta e notas em um diário de campo como ferramentas metodológicas no decurso da pesquisa. **Resultado/Discussão:** As crianças acompanhadas nesta pesquisa apresentaram o encargo do cuidado da casa e de crianças menores e, aparente, normalização da violência como modo de viver a constante negação de direitos básicos. Os profissionais da escola relatam os responsáveis como desinteressados e ausentes quanto à vida escolar dos alunos, contudo, na narrativa trazida pelas crianças, essa ausência se justifica pelas longas jornadas de trabalho enfrentadas pelos responsáveis. **Conclusão:** Sugere-se que mais literaturas abordando esse tema sejam produzidas e discutidas para que a prática da Terapia Ocupacional se alinhe cada vez mais aos contextos reais tão diversos vividos pelas pessoas.

**Palavras-chave:** Infâncias. Vulnerabilidade. Saúde. Favela. Escola

### Abstract

**Introduction:** The unification of the concept of childhood is a socio-historical production that reverberates to the present day, generating inequalities because it isn't coherent to all realities. In the field of health care we still produce a practice based on a dominant paradigm: white, bourgeois and hygienist, reflecting on interventions that do not consider the context of scarcity of resources experienced by many Brazilian children. This study aims to problematize the unified view of childhood in occupational therapy interventions in the field of health care and its interface with education, based on the experience with children living in a slum complex in the city of Rio de Janeiro / RJ. **Method:** This is an exploratory, qualitative study that adopted direct observation and notes in a field diary as methodological tools in the course of the research. **Result/Discussion:** The children monitored in this research presented the burden of caring for the home and younger children and apparent normalization of violence as a way of living the constant denial of basic rights. The school professionals report the guardians as disinterested and absent as to the students' school life, however in the narrative brought by the children, this absence is justified by the long working hours faced by the guardians. **Conclusion:** It is suggested that more literature addressing this theme be produced and discussed so that the practice of Occupational Therapy is more and more aligned with these contexts so real and so diverse experienced by these people.

**Keywords:** Childhood. Vulnerability. Health. Slum. Shanty town. School

Sarah Silva do Nascimento 

<https://orcid.org/0000-0002-3607-6192>

Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Medicina. Departamento de  
Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro, Brasil.

Amanda Oliveira Ferreira 

<https://orcid.org/0000-0002-9419-1068>

Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Medicina. Departamento de  
Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro, Brasil.

Melissa Ribeiro Teixeira 

<https://orcid.org/0000-0002-4320-5714>

Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Medicina. Departamento de  
Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro, Brasil.

**Resumen**

**Introducción:** La unificación del concepto de infancia es una producción socio histórica que repercute hasta la actualidad, ocasionando desigualdades por no ser coherente con todas las realidades. En el campo de la salud se sigue produciendo a partir de un paradigma dominante: blanco, burgués e higienista, reflejando sobre intervenciones que no consideran el contexto de escasez de recursos que viven muchos niños brasileños. Este estudio tiene como objetivo problematizar la visión unificada de la infancia en las intervenciones de terapia ocupacional en el campo de la salud y su interfaz con la educación, a partir de la experiencia con niños que viven en un complejo de tugurios en la ciudad de Río de Janeiro/RJ. **Método:** Se trata de un estudio exploratorio, cualitativo que adoptó la observación directa y las anotaciones en un diario de campo como herramientas metodológicas en el curso de la investigación. **Resultado/Discusión:** Los niños monitoreados en esta investigación presentaron la carga de cuidar de los niños más pequeños y la aparente normalización de la violencia como una forma de vivir la constante negación de los derechos básicos. Los profesionales de la escuela relatan que los padres, estos niños, son desinteresados y ausentes en cuanto a la vida escolar de los alumnos, sin embargo, en la narrativa que traen los niños esta ausencia se justifica por las largas jornadas laborales que enfrentan los padres y madres. **Conclusión:** Se sugiere producir y discutir más literatura que aborde este tema para que la práctica de la Terapia Ocupacional esté cada vez más alineada con los contextos reales tan diversos vividos por las personas.

**Palabras clave:** Infancia. Vulnerabilidad. Salud. Tugurios. Escuela

---

## 1. Introdução

A construção da concepção de infância, que se aproxima do que conhecemos hoje, sofreu forte influência do Romantismo do século XVIII, destacando-se Jean-Jacques Rousseau, filósofo desse movimento, que, em suas produções, valorizava os sentimentos e tudo que era dito como natural, sendo um de seus pensamentos mais conhecido: "O homem nasce bom, a sociedade que o corrompe" (Rousseau, 1762). A partir dessa ideia, a criança é vista como um indivíduo com pureza e bondade em sua essência, por ora não corrompida pelo seu meio social. A noção romântica da infância é elaborada e disseminada pelos intervenientes do movimento e passa a compor suas produções e influenciar o pensamento do coletivo (Ariès, 1981).

Linhares (2016) aponta que a infância se estabeleceu em um lugar seletivo das classes sociais média e alta. Em contrapartida, as crianças de classes mais baixas não recebiam o olhar afetivo da sociedade. Com a Revolução Industrial, muitas dessas crianças em condição de pobreza eram o único esteio de suas famílias através da exploração de sua mão de obra, não se diferenciando do que já era visto na Era Medieval.

A autora afirma que, no Brasil, crianças ameríndias, negras e pobres vivenciaram e, ainda nos dias de hoje, vivenciam este processo de exploração e sofrem diversos abusos - aceitos e justificados pela sociedade -, já que não são reconhecidas na condição de infantes (Linhares, 2016). Esperava-se que, séculos após a colonização e a abolição da escravidão no País, o lugar da infância não fosse ainda restrito a algumas classes sociais.

Segundo Linhares (2016), sem assistência, acesso à saúde e com uma alimentação escassa, as taxas de mortalidade desta população são altas. Educação, brincadeiras, descanso, higiene, alimentação

saudável, acolhimento familiar e direito à saúde, muitas vezes, não fazem parte da realidade dessas crianças, acentuando os processos de reprodução das desigualdades sociais (Nogueira, 2016).

No campo social, a Terapia Ocupacional avançou no debate sobre os modos de experienciar a infância, como vemos nas publicações de Bardi et al., (2016) e de Gonçalves & Malfitano (2019). Contudo, no campo da saúde, parece haver um diálogo, ainda incipiente, com as experiências e singularidades das infâncias. Neste sentido, pressupomos neste estudo que a visão eurocêntrica da infância ainda é predominante no campo da saúde, estimulando perspectivas normativas, juízos e práticas, alinhados a um conceito que não contempla a todos. Na articulação do cuidado, junto ao campo da educação, esta visão pode produzir julgamentos de valor atrelados ao poder econômico, social e cultural para as vivências de infâncias que não respondem às expectativas sociais.

Connolly & Ennew (1996), bem como Colonna (2012) defendem uma visão singular para as formas possíveis de infâncias experienciadas por cada criança em seu meio sociocultural, considerando sempre os aspectos sociais, históricos e culturais. Essa é uma visão de extrema importância para profissões que adotem, em suas práticas, o paradigma do contexto do indivíduo e suas subjetividades, como a Terapia Ocupacional, que considera o cotidiano do indivíduo e suas ocupações para o desenvolvimento das intervenções.

A atuação da Terapia Ocupacional com crianças contempla, entre outros fatores, o nível de participação em ocupações, ou seja, o envolvimento nas atividades de interesse e/ou necessidade do cotidiano como foco para a intervenção. Para Rezende (2008), há três áreas mais comuns de abrangência para intervenções da Terapia Ocupacional com essa população, sendo elas: as atividades de vida diária, a educação, o brincar e a influência destas sobre a participação social. A autora aponta que o brincar é visto por dois aspectos: o lugar do brincar na Terapia Ocupacional e o lugar do brincar na vida da criança. O primeiro, circunscreve o brincar ao objeto de estudo e intervenções. O segundo, relaciona-o com o prazer, com a descoberta, com o domínio da realidade, a criatividade e a expressão na vida da criança, considerando seu papel de brincante e todos os fatores que possam contribuir ou comprometer o desenvolvimento integral e saudável dessa atividade.

No cuidado à infância, Aoki, Oliver & Nicolau (2006) reafirmam a importância de considerar a participação e o engajamento das crianças nas atividades de seu cotidiano. Considerando que todo processo terapêutico ocupacional se desenvolve por meio das atividades realizadas pelas pessoas, Lima (2004) aponta que, cabe ao terapeuta ocupacional, analisar previamente suas sugestões de atividades para garantir que este processo tenha um potencial transformador. Há várias metodologias que analisam uma atividade, algumas desenvolvidas pela prática do terapeuta ocupacional e outras estruturadas para seu uso. Assim, o método de análise adotado constrói o olhar do terapeuta ocupacional e direciona sua prática. Para Lima (2004), há um cuidado que devemos exercer ao escolher uma metodologia de análise que treine nosso olhar.

Este tipo de análise aprisiona o olhar no visível, isto é, produz um olho que, treinado, só decodifica no que vê aquilo que já conhece, gerando um processo contínuo de reconhecimento do que é visto e sua posterior classificação numa grade teórica dada a priori. E se o terapeuta não é capaz de olhar, mas apenas de ver, estará apto somente a fornecer diagnósticos para determinadas situações e, a partir deles, propor um plano de tratamento previamente estabelecido. Não será capaz de entrar num espaço de troca com seu usuário, no qual este, como agente do processo, colocará constantemente enigmas para seu terapeuta (Lima, 2004, p. 45).

Nesta perspectiva, seria necessário repensar a escolha por uma metodologia de análise de atividade e os modos de intervenção da Terapia Ocupacional no campo da saúde, de modo a não reproduzir um olhar para a infância baseado em um constructo advindo da Europa do século XIX. Caberia esperar que a infância pobre carioca desenvolva suas atividades de vida diária mesmo sem os recursos básicos para essa realização? Deve-se esperar de seus responsáveis a preocupação com a higiene e cuidado de seus filhos quando as prioridades se mostram outras?

Esses questionamentos surgem de uma inquietação vivenciada pela primeira autora, enquanto estudante de um projeto de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no município do Rio de Janeiro/RJ, o qual visa construir, em parceria com os recursos territoriais, estratégias regulares de promoção da saúde mental infantojuvenil, a partir da implementação de espaços de ludicidade e convivência para crianças e adolescentes em instituições públicas de educação (NUPPSAM, 2018).

A ação de promoção da saúde mental desenvolvida pelo Projeto tem como principal ponto de ancoragem as escolas e creches situadas no território de um complexo de favelas, localizado em um bairro com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar disso, vivencia uma realidade muito diferente de seus vizinhos, convivendo diariamente com a precarização de recursos, a violência dos confrontos entre o tráfico local e a força policial e com o descaso do Estado. Esse território possui em torno de 13.322 habitantes e uma única escola, que conta com turmas de Educação Infantil (EDI) até o 6º ano do Ensino Fundamental (EDF).

A escola onde o presente estudo foi realizado retrata a ausência de infraestrutura destinada às favelas. Por não ser planejada, a instituição escolar tem muitas das suas estruturas improvisadas, como as paredes e o espaço disposto para o pátio. Algumas salas têm a função de depósitos de materiais remanescentes das obras, o que se difere de uma estrutura escolar típica.

A despeito das desigualdades significativas, da discrepância de oportunidades e recursos, ainda se espera encontrar nesses contextos uma só infância: a infância romantizada, indefesa, que requer nossa tutela. A criança que brinca, estuda, come, que deve dormir cedo e que recebe essas orientações de um adulto de referência, para que, assim, possa crescer saudável, feliz e honesta.

Reside, então, a necessidade de começarmos a criar um olhar para outras infâncias, que nem sempre irão atender às expectativas e às normativas sociais. Um olhar que, de fato, enxergue, produzindo uma intervenção que faça sentido aos diferentes contextos e realidades. Para Lima (2004), é justamente esta

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 4(5), 520-533, 2021.

possibilidade de se encantar com aquilo que é mais sutil, que é necessário ativar no olho do terapeuta ocupacional, para que seja possível abandonar a visão que só encontra aquilo para o qual está preparada, e se abrir para uma experiência do olhar que encontra um outro olhar, deixando-se afetar por ele e, assim, conectar-se às impressões que estão no limiar de um certo campo e visibilidade. Nesse sentido, a autora aponta que “esta ativação poderá se dar através da construção de um olhar próprio, trabalho árduo que inclui um processo duplo de construção e desconstrução no qual tentamos nos despir daquilo que pode fazer nosso olho ver apenas o que já era esperado ou sabido” (Lima, 2004, p. 46).

Na busca pelo olhar do terapeuta ocupacional, que se constrói e se desconstrói no encontro com o outro, este estudo visa problematizar o olhar unificado da infância nas intervenções da Terapia Ocupacional no campo da saúde, em interface com a educação, propondo uma visão singular para as formas possíveis de infâncias experienciadas por cada criança em seu meio sociocultural, a partir da experiência com crianças moradoras de um complexo de favelas, no município do Rio de Janeiro/RJ, estudantes da única escola pública do território.

## **2. Método**

Trata-se de um estudo, de caráter exploratório, de base qualitativa, que adotou a observação direta como ferramenta metodológica. Para Jaccoud & Mayer (2014), a observação direta não pesquisa exclusivamente os meios estranhos ao pesquisador. O estudo de meios menos estigmatizantes, ou mais próximos da situação social do pesquisador, torna-se um novo centro de interesse. Nesse sentido, “a observação do outro ou do semelhante insere-se menos em um projeto de dominação de certos grupos sociais do que em um projeto de denúncia dos mecanismos de regulação e de poder em determinados meios” (Jaccoud & Mayer, 2014, p. 258).

Para o presente trabalho, foram extraídos relatos obtidos através da análise de anotações no diário de campo, confeccionado no período de agosto a dezembro de 2018 e de agosto a novembro de 2019. As ações do projeto se constituíam por meio de atividades lúdicas, desenvolvidas com os alunos, uma vez por semana, atingindo crianças de quatro a quatorze anos, adequando-se às possibilidades do espaço escolar e às propostas das crianças. A partir das vivências das ações, foi construído um diário de campo, composto de notas com descrições e sensações na perspectiva da primeira autora.

Para Bogdan & Biklen (1994), o diário de campo apresenta descrições de pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas. Acrescenta-se, ainda, como parte dessas notas, ideias, estratégias, reflexões e palpites do autor, bem como os padrões que emergem. As notas de campo podem ser definidas como “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 150).

Ao proceder a interpretação das notas de campo, foram construídas categorias de análise da experiência: Relação das crianças com o território; Relação das crianças com suas famílias; e Relação da escola com

o território e com os familiares dos alunos. A partir disso, construiu-se o processo de análise da experiência acima das temáticas: O território; A experiência da infância pobre; e Relação família-escola.

O projeto de Pesquisa e Extensão, no qual a autora participou para o desenvolvimento deste trabalho, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – parecer nº 1.870.020, aprovado em 16 de dezembro de 2016 –, e da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ) – parecer nº 2.036.334, aprovado em 27 de abril de 2017. Em acordo com os preceitos estabelecidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), respeitou-se todos os aspectos éticos, no que tange ao zelo pela legitimidade das informações, privacidade e sigilo, alterando o nome de todas as pessoas citadas neste trabalho para tornar público os resultados desta pesquisa.

### **3. Contextualização**

O território de ambientação dessa pesquisa é marcado pela violência e vulnerabilidade gerados pela ausência de políticas públicas, circunstâncias que atravessam muitos complexos de favela da cidade do Rio de Janeiro/RJ e impactam moradores do território, assim como os professores da escola, que enfrentam e resistem ao descaso e à violação de direitos para seguir com seu exercício. Diante a esse desgaste e a sobrecarga evidente dos professores, principalmente os encarregados de turmas com crianças menores.

Em conjunto à sobrecarga sentida pelos professores, todos os profissionais da escola enfrentam a escassez de recursos, a estrutura física improvisada, a violência do território e o abandono do Estado, configurando-se em um sentimento de desamparo cotidiano, sempre apontados nos diálogos sobre as dificuldades em lecionar na escola. Na oportunidade de conversar com todos os professores da Educação Infantil (EDI), em reuniões que realizam, pelo menos, uma vez ao mês, todos esses enfrentamentos tomam voz demonstrando revolta e muitas vezes desesperança.

Conversei com a professora Renata, que descreveu ter problemas com dois alunos e que, recentemente, foi ameaçada de morte por uma mãe. Renata demonstrou estar cansada do cotidiano na escola (Notas de campo - 21/09/2018)

Por muitas vezes, o sofrimento do cotidiano dos professores repercutia em atitudes de culpabilização de seus superiores ou dos responsáveis pelas crianças. O compromisso deles em enfrentar as adversidades, para permanecer lecionando em um contexto escasso de políticas públicas, produz, muitas vezes, um julgamento frente às atitudes dos responsáveis das crianças. Em inúmeras conversas com os professores, é possível extrair discursos sobre sentimentos de decepção quanto à forma com que os responsáveis lidam com a vida escolar dos alunos.

A diretora relata que a escola não é um local visto pelos responsáveis como potente para as crianças, muitos não acompanham o desenvolvimento escolar, não incentivam a frequência,

assiduidade e nem o comprometimento com as obrigações da instituição. (Notas de campo - 05/08/2019)

Para os professores, a ausência da participação ativa dos responsáveis justifica, primordialmente, os delitos e as dificuldades apresentadas pelos alunos. As narrativas sobre a exacerbação de comportamentos indevidos apresentados pelas crianças pairam sobre a conduta das famílias, tidas como desestruturadas. Em uma conversa com uma professora do primeiro ano, sobre duas crianças que enfrentavam dificuldades em acompanhar o desenvolvimento da turma, o envolvimento familiar foi levantado como primeira demanda:

A maior dificuldade vem da falta de incentivo aos estudos, seus pais trabalham na praia e não contam com uma pessoa para auxiliar no cuidado da criança, fazendo com que eles tenham que levá-la ao local de trabalho após a escola para não deixá-la sozinha. Por passar o dia todo na praia, ele não faz os deveres de casa e, muitas vezes, falta às aulas porque os pais perdem a hora, por terem chegado muito tarde do trabalho no dia anterior. (Notas de campo - 09/09/2019, relato da professora)

A prioridade para atividades de subsistência é uma característica marcante quando se conhece o contexto dessas famílias. Ao adotar um olhar sensível, o suposto desinteresse desses responsáveis pela vida escolar das crianças se transforma no interesse para que eles se alimentem e tenham uma moradia para retornar.

Durante a conversa com uma aluna do primeiro ano, ela me diz que só vai para casa aos finais de semana, durante a semana, a mãe trabalha como faxineira e elas dormem na casa onde a mãe trabalha. A mãe não consegue ajudá-la com o dever de casa, mas, à noite, sempre revisa a tarefa feita na intenção de saber sobre o que a filha está estudando. (Notas de campo - 30/09/19)

Não é incomum ouvir relatos das crianças quanto à ausência de um adulto para auxiliar nas atividades escolares ou de cuidados, em consequência da jornada de trabalho. Muitas dessas narrativas são complementadas com detalhes de um cotidiano com tarefas domésticas e de cuidado dos irmãos menores, sendo desenvolvidas pelas próprias crianças. Em uma família com mais de uma criança, a falta de um adulto de referência acarreta na transferência de responsabilidades para as crianças mais velhas, mesmo que essa diferença seja de um ou dois anos de idade.

Em uma conversa com uma criança, ela me conta de sua rotina. Segundo ela, sua mãe trabalha pela manhã em uma loja e, à noite, cuida de uma idosa, por isso dorme fora de casa. Com a ausência da mãe, ela assume o cuidado do irmão de quatro anos, o leva e busca na creche, dá banho e o alimenta. Também relatou desenvolver as tarefas domésticas da casa, menos a lavagem de roupas e a preparação da comida. (Notas de campo - 30/09/2019)

A necessidade em assumir papéis, que socialmente não são vistos como conveniente para sua idade, molda um comportamento destoante do que podemos esperar para crianças tão novas. Assumir algumas responsabilidades da casa estabelece uma postura e uma visão, como dito por Sarmento (2008), “adultizada” sobre si e sobre seu entorno. Ao acompanhar as crianças no caminho de um passeio fornecido pela escola, foi possível notar esse comportamento em duas crianças que se negavam a seguir as orientações de segurança dos professores.

No momento que insisto em pegar a mão deles e estar mais próxima, já que atravessariam a rua, Pedro debochou, dizendo que a minha atitude não era necessária, que ele andava sempre por aquelas ruas sozinho para ir à praia. Enquanto andávamos, ele demonstrou conhecimento sobre os nomes das ruas e caminhos necessários para chegarmos ao nosso destino. (Notas de campo - 16/09/201)

## **O território**

A ausência do Estado pode ser observada ao caminhar pelo território: a falta de saneamento básico, a quantidade de lixo e entulhos nas ruas, as más instalações destinadas à escola e às residências, a falta de dispositivos de cultura, assim como espaços próprios para atividades lúdicas. Contudo, há uma forma de participação do Estado marcante para os moradores: a política de recrudescimento da violência estatal direcionada às favelas, a violação de direitos e a vulnerabilidade imposta à população.

Valladares (2000) dispõe-se, em sua obra “A Gênese da Favela Carioca”, a traçar os caminhos históricos, que resultaram na privação de direitos e estigmas sociais atribuídos à população periférica. Caracterizada por habitações precárias e ausência de infraestrutura urbana, as favelas se construíram à margem da sociedade, sem obter relevância para si até as primeiras décadas do século XX, onde, relata a autora, inicia-se um interesse dos jornalistas acerca do modo e condição de vida da população periférica. Ao entrar em contato com a pobreza da população periférica e seu modo de vida discrepante da redoma abastada de privilégios e conceitos higienistas enraizados, narravam seus espantos e julgamentos. Assim, a sociedade descobre a favela e, então, a constitui como um problema a ser combatido, legitimando atos de violência direcionados a essa população, como não é visto em contextos protegidos pela branquitude e o poder econômico.

Em sua maioria, a imagem veiculada pela mídia e difundida socialmente das favelas é o de um lugar de privação, um território que se define pelo que falta. Em consequência, seus habitantes são descritos como pobremente educados, preguiçosos, alcoólatras e, principalmente, perigosos (Dimenstein et al, 2004). Motivando a produção de uma imagem de ameaça e perigo sobre as favelas e seus habitantes. Certamente, essa leitura ajuda a produzir uma naturalização da violência e repressão da polícia nessas áreas, reforçando preconceitos sociais e raciais.

O combate às precariedades das favelas do Rio de Janeiro/RJ historicamente não se deu através de investimentos culturais e/ou de infraestrutura urbana, e sim, com intervenções policiais. Para Pedrosa & Sousa (2014), a provisão de acesso ao mercado de trabalho, políticas de saúde, educação, cultura, Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 4(5), 520-533, 2021.



esporte e lazer são fatores que previnem patologias físicas e psíquicas, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar para uma população. Sendo assim, embora o Estado brasileiro não possa ser responsabilizado pelos atos de violência individuais praticados por seus cidadãos, há de se responsabilizar pela violência estrutural que impõe à camada mais pobre de nossa sociedade, negando-lhe estes direitos (Pedroso & Sousa, 2014, p. 130).

A violência produzida no território e a violência destinada a ele afetam diariamente o cotidiano das crianças. Tendo a escola como o contexto de observação para esta pesquisa, foi possível observar de perto a influência da violência estrutural em seu dia a dia, com a escassez de recursos físicos e humanos.

A pobreza também é um atravessador no cotidiano escolar dessas crianças. Para muitas, as atividades educacionais são secundárias, já que a escola se reduz a um ambiente protetivo e necessário para atividades de alimentação e/ou garantia de benefícios ofertados pelo Estado. Além disso, para muitas famílias, a escolarização tem menor valor, em comparação a atividades de cuidado ou de geração de renda familiar. Há crianças que abandonam ou têm o ensino atravessado pelo cuidado com seus irmãos menores e da casa, enquanto seus responsáveis trabalham.

Por vezes, a violência dos confrontos policiais com o tráfico local impossibilita ou modifica o funcionamento da escola, fazendo com que crianças e profissionais do ensino tenham que criar estratégias de enfrentamento para seguir com as atividades. Em muitos momentos da pesquisa, foi possível notar que esta população adota uma postura de normalização de tais atos para que seja possível seguir com seus cotidianos. Entretanto, narrativas de desamparo, por ausência de assistência e cumprimento de direitos por parte do Estado, são constantemente feitas pelos funcionários da escola.

### **A experiência da infância pobre**

Há olhares formatados em um modelo de infância, pertencente a um recorte específico de classe, que podem atribuir, à infância descrita neste trabalho, julgamentos atravessados pela moral. Cabe então, questionarmos: De que forma a infância que se constrói nas circunstâncias discutidas pode conceber vivências próximas a da infância "protegida" dos atravessamentos da pobreza?

Durante a pesquisa, foi possível notar que a ausência de um adulto para a referência do cuidado convoca, das crianças, uma postura "adultizada". Quando, na Terapia Ocupacional, prezamos pela promoção de autonomia e independência das pessoas, as crianças descritas nessa pesquisa convocam essas competências sociais por necessidade.

É necessário, em muitos desses contextos, que as crianças assumam o cuidado da casa, cuidado de si e de seus parentes menores, mesmo que a diferença de idade se apresente em poucos anos, para que seus pais trabalhem. Durante a pesquisa, as crianças que citaram desenvolver atividades domésticas mencionaram principalmente a limpeza da casa e, por vezes, o preparo de alimentos que não precisassem do uso do fogão. Em sua maioria, as crianças com parentes menores, estudando na mesma escola, os acompanhavam no trajeto de ida e volta de sua residência. Há também muitos casos de

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 4(5), 520-533, 2021.

crianças que conduzem seus irmãos menores à creche comunitária do território e efetuam o cuidado deles ao chegar em casa.

Quanto às atividades escolares, as crianças relatam o apoio de instituições, geralmente filantrópicas, nas tarefas escolares destinadas para casa. Muitos relatos vão ao encontro do posicionamento dos professores quanto à ausência dos responsáveis na vida escolar dos alunos. Contudo, essas crianças trazem em seus discursos a impossibilidade dos responsáveis em estarem presentes nesses momentos, já que passam os dias fora de casa em atividades de trabalho.

Mesmo com tantos atravessamentos, essas crianças encontram estratégias para experienciar atividades destinadas à sua idade. Por vezes, com resistência ao serem apresentadas a uma atividade lúdica, por acharem que não condizem mais com sua idade, no entanto, ao desenvolverem as atividades, as realizam com entrega e interesse. O ambiente escolar, nesses casos, é um dos espaços que pode favorecer a experimentação de sua infância, sem as responsabilidades atribuídas a elas em outros espaços. Por isso, é importante quando a escola também é um espaço lúdico, no qual podem interagir e brincar com outras crianças.

No Brasil, desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) zela pelos direitos dessa população. Entretanto, mesmo após 30 anos de sua implementação, a concretude de todos os direitos ainda não é uma realidade para as crianças deste território. Contudo, o acesso à educação se mostrou o direito que as crianças dessa pesquisa conseguem exercer. Dessa forma, a escola se apresenta como um fator de proteção, oportunizando experiências de aprendizado, interação e cidadania, propiciando acesso a outro direito básico: à saúde.

Nessa instituição existem ações de promoção da saúde, além da inserção do Projeto de Pesquisa e Extensão com ações semanais, a estratégia saúde da família do território, ancorada no Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolve ações junto a essa população. Demarzo e Aquilante (2008) ressaltam a importância da escola, como outros espaços sociais, na construção da cidadania e no acesso a políticas públicas.

### **Relação família-escola**

De acordo com Bock, Furtado & Teixeira (1999), o grupo familiar tem uma função social determinada a partir das necessidades sociais. Entre suas funções está, principalmente, o dever de garantir o cuidado das crianças para que possam exercer futuramente atividades produtivas, bem como o dever de educá-las para que tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem (Bock, Furtado & Teixeira, 1999, p. 238). Espera-se da família que oriente e promova comportamentos considerados adequados aos padrões sociais determinados pela cultura. Na escola, confia-se para fornecer conhecimentos científicos e históricos, como também ampliar as possibilidades de convivência social. Assim, ambas instituições compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural, mas se diferenciam nos objetivos de ensino.

Para Oliveira & Araújo (2010), a relação entre educação e classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da educação. As famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas disparidades escolares. Assim, a representação que os profissionais da escola fazem do modelo familiar correto ganha projeção e se naturaliza, tendo a própria escola como disseminadora da ideia de que algumas famílias operam de modo diverso do seu objetivo. Em função dessa divergência, as estratégias de socialização das famílias passam a ser a preocupação da escola, de forma que esta amplia seus âmbitos de ação, tentando assumir ou tentando substituir a família em sua ampla missão socializadora.

De acordo com Oliveira (2002), há uma intenção que passa muitas vezes despercebida nessa tentativa de aproximação e colaboração, que é a de promover uma educação para as famílias tidas como "desestruturadas". O ambiente escolar exerce um poder de orientação sobre os pais, para que estes possam educar melhor os filhos e estes, por sua vez, possam frequentar a escola.

Segundo Pérez & Jardim (2015), as crianças moradoras de favelas e periferias são avaliadas de acordo com um campo de valores, crenças, normas, hábitos e habilidades das classes dominantes, considerado como adequado à promoção do desenvolvimento psicológico sadio, desconsiderando outros critérios e parâmetros de avaliação. Assim como as famílias que não se enquadram no modelo esperado sofrem com os rótulos de desequilíbrio e desinteresse, muitas vezes, para a escola e outros meios sociais, as crianças que fogem do padrão, historicamente construído para a infância, são tidas e tratadas como "problemáticas".

Durante o percurso dessa pesquisa, poucas vezes, foi possível estabelecer um contato com os responsáveis das crianças. Os relatos obtidos sobre a dinâmica familiar foram extraídos de conversas com os profissionais da escola e com as crianças. Enquanto essa primeira fonte narra uma ausência da família no espaço escolar por desinteresse, na fala das crianças, essa ausência se dá pelas longas jornadas de trabalho. Na maioria das famílias, um único adulto é responsável pela renda, muitas vezes, trabalhando em empregos informais que não delimitam horários, acarretando não só uma ausência no percurso escolar da criança, mas também em seu cotidiano.

#### **4. Conclusão**

Esse trabalho propôs problematizar o olhar eurocêntrico da infância nas intervenções de Terapia Ocupacional, propondo uma visão singular para a pluralidade das infâncias, como uma via para fomentar uma leitura crítica da experiência de um Projeto de Extensão de saúde mental na interface com a educação.

Durante a pesquisa, foi possível notar a construção de estratégias de enfrentamento das crianças e suas famílias para conviver com a realidade de privações e violências pertencentes ao seu cotidiano, em consequência de seu território e sua classe social. As crianças acompanhadas nesta pesquisa

apresentaram o encargo do cuidado da casa e de crianças menores (comportamentos “adultizados”) e aparente normalização da violência como modo de viver a constante negação de direitos básicos. No entanto, o cumprimento do direito à educação - que ainda é possível ser exercido para algumas famílias -, é um fator de proteção e de elaboração da experiência da infância. Apesar dos atravessamentos vividos pelas crianças e pela escola desse estudo, observa-se que a instituição é um dos poucos ou único local onde são potencializadas as atividades lúdicas, a expressão do sofrimento vivido e elaboração de outros modos de convivência com outras crianças, que não sejam pautados na responsabilidade do cuidado.

Para Rezende<sup>9</sup>, na Terapia Ocupacional, as áreas mais comuns de abrangência para intervenções com essa população transitam na prática do brincar. Essa perspectiva proporciona uma vasta produção de literaturas e protocolos de avaliação acerca da ocupação brincante da criança, preconizando essa atividade em nossas intervenções. Com isso, podemos não considerar outros repertórios de ocupações desempenhados por essa população - como atividades voltadas para a subsistência -, resultando em uma prática que determina um conjunto de comportamentos esperados pela sociedade, normatizando as principais ocupações de uma criança e a infância vivida por ela.

Compreende-se a importância da vida escolar para essas crianças, quando se oportuniza a criação de repertórios da infância, a partir das interações e atividades. Importante ressaltar que a ação da Terapia Ocupacional na escola deve levar em consideração outros aspectos para além da inclusão de crianças com deficiências e transtornos. Segundo Rezende (2017), historicamente, terapeutas ocupacionais trabalham em escolas, ditas especiais, ou em atendimentos de alunos com necessidades educacionais especiais para habilitá-los ou reabilitando-os, para melhorarem seu desempenho no contexto escolar. Contudo, ainda há uma incipiente produção de conhecimento relacionado à atuação em contexto escolar, que não foque somente em questões cognitivas e físicas para a inclusão de crianças e adolescentes no ensino.

A relação da escola com os familiares das crianças também foi abordada nesse estudo, considerando ser um tema emergente da pesquisa. Os profissionais da escola relatam os responsáveis como desinteressados e ausentes quanto à vida escolar dos alunos, contudo, na narrativa trazida pelas crianças, essa ausência se justifica pelas longas jornadas de trabalho enfrentadas pelos responsáveis.

A proposta inicial deste trabalho foi de construir respostas para os questionamentos da primeira autora que auxiliassem na elaboração da prática em um contexto tão distante do padrão de infância disseminado, tanto em sua trajetória acadêmica como pessoal. Agora, com conclusão da pesquisa, almeja-se que mais literaturas abordando esse tema sejam produzidas e discutidas, para que a prática da Terapia Ocupacional, na interface entre os campos da saúde e educação, com essa população, alinhe-se cada vez mais aos contextos reais tão diversos vividos pelas pessoas.

## Referências

- Aoki, M., Oliver, F. C. & Nicolau, S. M. (2006). Pelo direito de brincar: conhecendo a infância e potencializando a ação da terapia ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 17(2), 57-63. <http://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v17i2p57-63>.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (2ª ed). Rio de Janeiro: LTC.
- Bardi, G., Monzeli, G. A., Macedo, M. D., Neves, A.T. & Lopes, J. (2016). Oficinas socioculturais com crianças e jovens sob a perspectiva da Terapia Ocupacional Social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 24(4). <http://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0643>.
- Bock A.M.B., Furtado O. & Teixeira, M.L. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos*. (1ª ed), Porto: Porto Editora.
- Colonna, E. (2012). *Eu é que fico com minha irmã: a vida cotidiana das crianças na periferia de Maputo*. [Tese de doutorado, Universidade do Minho].
- Connoly, M. & Ennew, J. (1996). *Introduction: children out of place*. (3ª ed). Trondheim: Childhood.
- Demarzo M. M. P. & Aquilante A. G. (2008). Saúde Escolar e Escolas Promotoras de Saúde. In: Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre: Artmed: Pan-Americana.
- Dimenstein M., Zamora, M. H. & Vilhena J. (2004). Da vida dos jovens nas favelas cariocas. Drogas, violência e confinamento. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*. Rio de Janeiro; 16 (1), 24-39. [https://www.researchgate.net/publication/268924221\\_Da\\_vida\\_dos\\_jovens\\_nas\\_favelas\\_cariocas\\_Drogas\\_violencia\\_e\\_confinamento](https://www.researchgate.net/publication/268924221_Da_vida_dos_jovens_nas_favelas_cariocas_Drogas_violencia_e_confinamento)
- Gonçalves, M. & Malfitano, A. P. (2019). Juventudes no Complexo do Alemão (RJ): O que diz a literatura? *Rev. Interinst. Bras. Terap. Ocup.*, 3 (3). <http://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto21187>.
- Jaccoud M, & Mayer R. (2014). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (4ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Lima E. M .F .A. (2004). A análise de atividade e a construção do olhar do terapeuta ocupacional. *Rev. Ter. São Paulo: Ocup. Univ. São Paulo*; 15(2), 42-8. doi: 10.11606/issn.2238-6149.v15i2p42-48.
- Linhares, J. (2016). *História Social da Infância*. (2ª ed. Sobrau): LTC.
- Nogueira, M. A. & Nogueira, C.M. (2016). *Bourdieu e a Educação*. (4ª ed). Belo Horizonte: Autêntica.

Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde Mental (NUPPSAM). *Rede, Território e Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes: Compartilhamento e Colaboração Intersectorial. Relatório de atividades realizadas no ano de 2017, 2018*. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ; 2018.

Oliveira C. B. E. & Araújo C. M. M. (2010). A Relação família-escola: Intersecções e desafios. *Estud. psicol.* Campinas, 27(1). <http://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>

Oliveira L. C. F. (2002). Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores. São Paulo: Cabral Editora.

Pedroso A. & Sousa, L. (2014). A casa dos cata-ventos: uma aposta na dimensão política do brincar. *Rev. Assoc. Psicanalista.* (45-46), 122-134. [https://apoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista\\_45\\_46\\_2.pdf](https://apoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46_2.pdf)

Pérez B. C. & Jardim, M. D. (2015). Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação. *Psicologia & Sociedade*, 27 (3). <http://doi.org/doi: 10.1590/1807-03102015v27n3p494>.

Rezende M. B (2017). Terapia Ocupacional e inclusão escolar: desafios e reflexões sobre a prática. Belo Horizonte: CREFITO 4. <http://crefrito4.org.br/site/2017/04/28/terapia-ocupacional-e-inclusao-escolar-desafios-e-reflexoes-sobre-a-pratica/>

Rezende M. B. (2008). O brincar e a intervenção da Terapia Ocupacional. In: Drummond AF, Rezende MB (Orgs.). *Intervenções da Terapia Ocupacional*. Belo Horizonte: UFMG.

Rousseau, J. J. (2013). Do contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Pillares.

Sarmiento, M. J. (2008). Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In Sarmiento, M.J. & Gouvêa, M.C.S (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes (17-39).

Valladares L. (2000). A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), 5-34. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>.

**Contribuição dos autores:** S. S. N. foi responsável pela concepção e redação do texto, organização da coleta e análise das informações. A. O. F. e M. R. T. colaboraram no desenho do estudo, em sua análise e na revisão crítica do artigo.

**Recebido em:** 02/02/2021

**Aceito em:** 14/05/2021

**Publicado em:** 09/11/2021

**Editor(a):** Andrea Perosa Saigh Jurdi